

# **O impacto do Islão na Ilha de Moçambique (Séc. XIX-XXI)**

Olga Iglésias

Investigadora no CEsA/ISEG e Professora Convidada FLUL

## **Resumo:**

O presente texto em construção aborda o impacto do Islão em Moçambique, no tempo colonial, analisando o caso da Ilha e estudando as Confrarias islâmicas, em particular, focando a cultura e os padrões culturais: macuas, árabes, suailis e portugueses, que a tornam única no mundo, por isso justamente Património Mundial da Humanidade (1991). Defende-se a tese que, a colonização espontânea e forçada, resultante do encontro dos povos em presença na Ilha de Moçambique deu origem a uma identidade própria, miscigenada e crioula do Ilhéu, maioritariamente islamizado. A prevalência da Paz e da tolerância é justamente a problemática abordada.

**Palavras-Chave:** África, Oceano Índico, Moçambique, Islamismo, Confrarias, Colonização, Identidade, Património.

## ***Dedicatória***

*A todos que acreditam no poder dos sonhos:*

*- Na Utopia de uma sociedade justa, fraterna e solidária*

*- Na Paz, como jóia da universalidade humana*

## **1. Introdução**

Da pesquisa em fontes primárias, da leitura de estudos especializados e do trabalho de campo, defende-se a tese que a aculturação espontânea e forçada, resultante do encontro dos povos - Macuas, Árabes, Suailis e Portugueses - em presença na Ilha de Moçambique deu origem a uma identidade própria, miscigenada e crioula do Ilhéu, maioritariamente islamizado, que afirma no tempo da pós-independência a sua moçambicanidade.

Os objectivos do presente texto inserem-se na análise de iniciativas das Confrarias na difusão do Islão e em manifestações culturais de matriz islâmica, sobretudo a música, a dança e as celebrações que nos permitem entrar no universo da Ilha e conhecer as comunidades que valorizam o doce sabor da Paz. Daí, a pergunta de partida que sintetiza a problemática: Como e quem manteve a Paz na Ilha de Moçambique (séc. XX)? As hipóteses foram assim formuladas:

- A) As Confrarias que se multiplicaram em cisões sucessivas, dos finais do séc. XIX ao longo do Séc. XX contribuíram para neutralizar os conflitos sociais;
- B) Não só em Confrarias, as comunidades islâmicas pela natureza da vivência religiosa, privilegiaram um ambiente de harmonia social;
- C) Numa situação extrema, num clima de luta de libertação nacional (1964-1974) e de guerra civil (1976-1992) foram, sobretudo as mulheres macuas muçulmanas que se evidenciaram na defesa da Paz.

A metodologia, integrando uma visão multi e transdisciplinar, congregando o olhar da História com o da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia Cultural seguiu os seguintes passos até à construção de uma nova síntese:

- Observação:
  - Participante (Cerimónia de casamento, Ilha de Moçambique, 17-04-11; Reunião Halifas, Ilha de Moçambique, 19-04-11; Mesquita de Nampula, Cerimónia casamento, 23-04-11);
  - Não-Participante (Mesquita de Nampula, 05-04-11; Festa do dia da Mulher Moçambicana, Ilha de Moçambique, 07-04-11; Mesquita do Se-leiro, Ilha de Moçambique, 13-04-11; Mesquita do Seleiro, Ilha de Moçambique, 15-04-11);
- Entrevistas semiestruturadas a mulheres e homens, dignitários religiosos e crentes ligados ao movimento associativo de cariz islâmico (15);
- Recolha de documentação (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; Arquivo

Histórico Ultramarino; Arquivo Histórico de Moçambique);

- Análise da informação, cruzando as fontes ora, escritas e iconográficas e interpretando os fenómenos sociais, religiosos e culturais.

## **2. A importância histórica da Ilha de Moçambique**

Entrou na História, diz-nos Alexandre Lobato “pela mão dos Árabes” (Saute e Sopa, 1992:169), como um antigo porto que se localiza a cerca de 580 Km a Sul da fronteira com a Tanzânia, situando-se numa pequena ilha de coral de 3 Km de extensão, numa cidade construída pelos Suaílis, aonde aportou Vasco da Gama a 2 de Março de 1498, na sua primeira viagem para a Índia. Em 1502, os Portugueses, tendo dominado os Suaílis instalaram-se e Afonso de Albuquerque mandou edificar a primeira fortaleza, dando nome a histórica Ilha à Colónia de Moçambique. Retrospectivamente, os principais momentos históricos no tempo colonial foram os seguintes:

- Elevação a Capitania em 1508;
- Passagem a sede do governo colonial nos meados do século XVI;
- Elevação a vila em 1761 e fundação do Senado da Câmara em 1764;
- Elevação a cidade em 1818, sendo a capital da Colónia até 1898, quando essa função passou para Sul para a cidade de Lourenço Marques;
- Capital do Niassa até 1934, quando tal função passou para a cidade de Nampula. (Boléo, 1951: 330);
- Concessão do foral à Câmara Municipal de Moçambique de 3 Km<sup>2</sup>, em 1972;
- Capital do Distrito de Moçambique, em 1974 (Raposo, 1974a: 3-4).

A Povoação-Ilha seguiu o modelo aplicado em todo o Índico de criação de núcleos urbanos fortificados em ilhas costeiras ou baías continentais, conquistada a cidade pelos Portugueses aos Suailis. A estrutura urbana, elevada a Ilha de vila a cidade em 1818 desenvolveu-se desde o Forte de S. Sebastião a nordeste, pela rua

Direita, passando pela Mesquita velha até à praça-cais com a Alfândega, as Igrejas e o Palácio de S. Paulo. Prosseguindo da rua Direita para sudoeste, encontravam-se outras igrejas e o largo da Câmara Municipal, ao mesmo tempo que, o tecido urbano dava lugar à cidade indiana, (onde foi construída a Mesquita do Seleiro) e, no extremo sudoeste à povoação indígena.

Na *Memória da Província de Moçambique*, o governador de Quelimane e dos Rios de Sena, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne (1784-1832) descrevia a capital, nas primeiras décadas do século XIX, nos seguintes termos:

(...) aqui está a residência do governador e capitão general, do bispo, do ouvidor da comarca e da junta de fazenda; tendo em si algumas ruas largas e ornadas de famosos edifícios, que, pela sua grandeza e ornato, não condizem com a esterilidade do terreno, que não produz vegetal algum; tendo outras ruas estreitas e só habitadas por banianes e gentios, tendo uma praça grande, chamada Bazar grande, muito bem regular e ornada de um elegante pelourinho; (...) tem dois conventos, um de S. Domingos e outro de S. João de Deus; duas freguesias, uma da Sé, outra de S. Sebastião, e mais algumas capelas... (Capela, 1990: 16).

Caraterizando o ambiente social do século XIX na Ilha de Moçambique, Alexandre Lobato referia-se de uma forma concisa e sarcástica a esse tempo do Liberalismo português, na fase da ocupação efetiva:

Quartel-general da tropa branca, mestiça e negra de todas as guarnições de opereta, luxuoso salão de convívio duma requintada sociedade escravocrata, agência bancária de trabalhosas manipulações monetárias com as mais diversas praças, governo de uma administração corrupta e despótica ...” (Ob. cit.: 176-177).

Os seus períodos de auge e de decadência estiveram ligados ao comércio legal e ilegal de escravos, segundo o mesmo autor. (Capela, 2007: 12)

A Ilha de Moçambique, nos meados do século XX, começou a entrar num “período de decadência”, pois como interpretava o Inspetor Administrativo Amândio de Miranda Raposo: (...) *um período de decadência agravado com a construção do porto de Nacala, para onde se desviou toda a navegação de longo curso, que outrora escalara o Porto de Moçambique* (Ob. cit.: 3).

### 3. O Islão na Ilha de Moçambique

A velha mesquita na Ilha de Moçambique, no Bairro do Museu tem no seu frontão uma distinta inscrição, atestando a antiguidade das suas ruínas, que indica o tempo em que foi construída, o século XII (ver imagem em anexo). Teriam sido comerciantes Suaílis que se foram fixando na costa oriental africana que a teriam edificado.

Parece ser assim, um fenómeno de longa duração, a dinâmica comercial no Oceano Índico, que ligou Zanzibar-Comores-Quíloa-Ilha de Moçambique. Entre os entrevistados, na sua maioria enquadrados nas Confrarias, houve um denominador comum ao reconstituir a história familiar: a indicação de um antepassado, vindo do mar que se fixou na Ilha ou na zona costeira (Lumbo e Mossuril).

O que são as Confrarias? Vejamos o que nos diz Costa Dias (ver Bibliografia) sobre as irmandades na África Ocidental:

As confrarias muçulmanas (turuq; singular: tariqa ["a via"]), presentes no oeste africano de forma generalizada desde finais princípios do século XIX, fazem parte do universo de manifestações místicas colectivas do islão e são, de forma estruturada, a mais antiga e importante expressão de espiritualidade muçulmana, o sufismo.

A difusão do Islão coube, sobretudo às Confrarias *Sunni* (ver Glossário) que se vão instalando na Ilha, sobretudo: Chadulia e Cadria, desmembrando-se em novos ramos, por cisões no seio da irmandade-mãe. Assim, podemos sintetizar as seguintes irmandades muçulmanas, segundo Medeiros:

- I. Chadulia (1896):
  1. Liaxuruti (1905)
  2. Madania (1924)
  3. Itifaque (1940)
- II. Cadria (1906):
  1. Sadate (1932)
  2. Bagdad (1932)
  3. Jailane (1941)
  4. Saliquina (1953)
  5. Macheraba (1964)

Interpretando esse fenómeno de divisão, parece haver uma luta pelo poder religioso, político e económico entre a elite dos membros, seguindo um líder descontente a formar nova Confraria (Medeiros, 1996: 70-85). A maioria dos nossos entrevistados, sobretudo das senhoras (na Reunião com Halifas, Ilha de Moçambique, 19-04-11) explicou-nos que a Confraria-Mãe ao se desmembrar, atenuava as tensões sociais existentes na sociedade colonial, procurando a nova irmandade a harmonia entre os seus membros e a tolerância religiosa. Este fenómeno, no seu entender prolongou-se até aos nossos dias, preocupando-se as Confrarias em ajudar a mitigar problemas do quotidiano, que o Estado pós-colonial não resolvia.

#### 4. O poder colonial e as comunidades islâmicas

A difusão do Islão constituiu desde cedo uma preocupação das autoridades coloniais, analisando não só a propagação no seio da população local como entre a comunidade asiática. Vejamos o que afirmava um Encarregado de Circunscrição, caracterizando a situação em Memba, como “aliás em todo o litoral da Província”, em 1937:

Cada mahometano é um propagandista da sua religião e não cura de lugar para estabelecer a propaganda, esta é feita, indiferentemente, nas Mesquitas ou nos próprios estabelecimentos comerciais, sendo vulgar encontrar-se nos estabelecimentos os indianos, de misturas com os indígenas, na prática de cerimónias rituais.

A ascendência dos indianos ou asiáticos sobre os indígenas que professam o credo mahometano, é tanta que estes últimos, dão conta aos primeiros de todas as ordens da autoridade e sobre a conveniência ou inconveniência do seu cumprimento tomam conselho daqueles; estes factos revestem pois, uma feição política.

O “islamismo” era no seu entender tão “perigoso” como o bolchevismo:

Do bolchevismo, e com razão, se arreceiam todas as nações, e por isso o combatem sem tréguas, todavia as nações coloniais e mormente a nossa, dormem a sono solto, completamente indiferentes aos estragos daquele segundo cancro, o “islamismo”, que pacientemente lhes vai roendo e abalando as possessões.

(Doc. 9. Cópia do Ofício 674/A/11, do Encarregado da Circunscrição, Aristides Alves de Faria ao Director Provincial da Administração Civil do Niassa em Nampula, Memba, 12/09/1937. In Silveira, 1943)

Acerca do elemento asiático, Jones da Silveira comentava, propondo claramente uma solução:

São estes os indivíduos que mais afectam a nossa soberania e mais entraves criam à acção da autoridade. Trabalhando na sombra e com preponderância sobre a população indígena, dado o princípio religioso – o mahometanismo – que souberam atraí-la por nosso descuido em não instalarmos missões católicas tantas quantas necessárias, colhem agora, de tal facto, os resultados que pretendem. (Silveira, 1943)

Em relação à população, a estatística disponível continuou a atestar a superioridade numérica dos crentes muçulmanos no litoral da Colónia, no Concelho da Ilha de Moçambique. Assim, vejamos:

Quadro 1. População segundo a religião professada em 1974

Posto	Católicos	Maometanos	Protestantes	Diversos	Total
Sede (Ilha)	2.193	6.168	76	788	9.225
Lumbo	747	9.640	7	3.596	13.990
Soma	2.940	15.808	83	4.384	23.215

Fonte: Raposo, 1974b: 20.

Portanto, no cômputo global cerca de 58% da população do Concelho era muçulmana e 10,7% praticava a religião católica.

O Inspetor Administrativo ao interpretar este fenómeno, confirmava:

A religião muçulmana, nas diferentes seitas professadas pelos seus crentes, é de todas a que conta maior número de adeptos, como aliás em todas as divisões administrativas do litoral deste Distrito devido à influência exercida outrora pelos traficantes árabes, que demandaram esta costa no comércio de escravos, antes da dominação portuguesa.

E, Raposo chamava atenção em 1974 para a necessidade de controlar a influência dos seus líderes religiosos:

Os chefes de cada uma das seitas mahometanas (Chehés) gozam de grande prestígio e exercem grande influência sob a população local, até fora do campo religioso, pelo que será conveniente vigiar discretamente a sua actividade por se ter notado ultimamente agitação política entre a população africana. (Raposo, 1974b: 20)

Nos relatórios das autoridades portuguesas (administração civil, SCCIM, PIDE/DGS, contra inteligência militar, sobretudo durante a guerra colonial/luta armada de libertação nacional (1964-1974) foi bem patente a tentativa, primeiro de conquistar as comunidades islâmicas (1968-1969) para mais tarde “controlar” a população local, de forma a servir de tampão ao avanço da Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO (Machaqueiro, Vakil e Monteiro, 2011).

## **5. O anticolonialismo e os movimentos independentistas**

Todavia, era tarde demais para conseguir esse controle pretendido pelas autoridades civis e militares. A comprovar a “adesão” aos ideais de liberdade e de independência estão as fontes orais, escritas e iconográficas disponíveis.

Algumas das autoridades tradicionais sofreram pesados castigos como atesta a documentação por nós consultada (ver Fichas dos Regedores na Bibliografia).

O Inspetor Raposo já citado referia-se nestes termos ao clima de suspeição encontrado nas reuniões que levou a cabo com a população, enquadrada pelos régulos:

Nestas “banjas” notamos já, em alguns elementos africanos, influenciados por propaganda de ideias subversivas e de comportamento cívico muito duvidoso, como já tivemos ensejo de averiguar discretamente, certo ódio contra o europeu, com certeza há muito recalcado, ao qual pretendiam atribuir todas as frustrações que tiveram na vida, quando é certo, que na maior parte dos casos, tais frustrações foram motivadas pela ausência absoluta de qualidades de trabalho e outros vícios que campeiam no seio da população local, como é do conhecimento de todos. (Raposo, 1974b: 137-138)



Junto dos régulos atuavam como seus conselheiros Chehés, alguns por nós entrevistados, com contatos familiares, comerciais e religiosos com outras regiões do Norte de Moçambique, como Cabo Delgado e Niassa e zonas no exterior, como Zanzibar, (Tanganhica/Tanzânia), Comores e Malawi. (Funada-Classen, 2012: 237-238)

A rede clandestina da FRELIMO atuou na Ilha de Moçambique como em Nampula, apesar da forte repressão policial. Nessa rede participaram alguns comerciantes indianos, que pelas suas ligações à Índia e ao Paquistão estavam a par dos novos ventos da mudança. Entre os combatentes da guerra colonial/luta armada de libertação nacional bem como da luta clandestina, encontrámos na Ilha de Moçambique, como aliás no Norte de Moçambique, nas sociedades costeiras, mulheres e homens Macuas, muçulmanos que encontraram no *Alcorão* os fundamentos para a sua prática libertadora, tendo aderido à União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e mais tarde integrando-se na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Junho de 1962.

## 6. Conclusão

A Ilha de Moçambique exerceu sempre em mim um fascínio inexplicável, mesmo que a tenha visitado pelo menos três vezes de grata memória. A primeira jornada inseriu-se na primeira visita que, o então Ministério de Educação e Cultura efetuou à Província de Nampula. Corria o ano de 1976, o MEC chefiado pela Dr.<sup>a</sup> Graça Machel tinha decidido durante um mês percorrer a Província e fazer um levantamento dos problemas educacionais espelhados numa alta taxa de analfabetismo, que refletiam as duríssimas condições de vida das populações: fome, miséria, doenças. As manifestações culturais que presenciei e que brindaram a delegação, jamais as esquecerei: a dança de mulheres, sobretudo o Tufo, a música sincopada de cariz religioso que a acompanhava.

Na segunda estada na Ilha fui enquadrada pela Associação de Parlamentares Europeus contra o Racismo e o Apartheid, a AWEPA, liderada por Lucia van

den Berg, acompanhando a Organização da Mulher Moçambicana, a OMM já no período pós-guerra civil, na preparação das primeiras eleições democráticas, em 1994. As mulheres da Ilha organizadas por algumas dignitárias religiosas das confrarias islâmicas, que mais tarde vim a conhecer melhor, compareceram em massa, aderindo a uma lenta transição para a democracia, na esperança de uma vida melhor. Algumas viúvas contavam os horrores da guerra civil mas, valorizavam no seu discurso a Paz, a harmonia das relações humanas e a necessidade de reconstrução nacional.

E, finalmente, no ano de 2011 estive durante o mês de Abril em trabalho de campo na Província de Nampula e de novo na Ilha de Moçambique, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, a FCT, no âmbito de um Projeto de pós-doutoramento, orientado pela Professora Doutora Joana Pereira Leite do CEa/ISEG, pesquisando sobre o poder colonial e o impacto do islão em Moçambique. Aqui, conheci de perto as Confrarias, através da história de vida de atores sociais, homens e mulheres, a história da difusão do Islão, os conflitos que levaram a sucessivas divisões e, foi-me possível interpretar as dinâmicas sociais e identitárias que, tornam este ponto do Índico, um caso fascinante de estudo. Os resultados da investigação em curso apontam que, numa situação extrema, num clima de luta de libertação nacional (1964-1974) e de guerra civil (1976-1992) foram, sobretudo as mulheres macuas muçulmanas, enquadradas nas Confrarias que se evidenciaram na defesa da Paz.

O Islão é uma religião do livro *Alcorão*, a crença em Deus, Alá e o seu Profeta, Mahomed. Todavia, para além do livro sagrado e da *Suna*, as Confrarias foram integrando elementos da tradição dos povos que as constituem, neste caso, do povo Macua. Ao saber global, agem localmente, criando um Islão africano, moçambicano.

## Bibliografia

### 1. Fontes Orais:

- Abdul Valy, Nampula, 05-04-11
- Halifa Ancha, Ilha de Moçambique, 08-04-11
- Halifa Shifa, Ilha de Moçambique, 08-04-11
- Chehé Hafiz Jamú, Ilha de Moçambique, 09-04-11
- Ossemane Daudo, Ilha de Moçambique, 10-04-11
- Ali (Nacute), Ilha de Moçambique, 11-04-11
- Régulo Raul, Ilha de Moçambique, 12-04-11
- Salimo Mussa, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Sharifo Momiade, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Sidik Ilwé, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Chehé António Mahando, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Chehé Mauluk Matumane, Ilha de Moçambique, 18-04-11
- Suleman Hanifo, Nampula, 21-04-11
- Chehé Saide Hamur, Nampula, 22-04-11
- José Ibraimo Abudo, Maputo, 04-05-11

### 2. Documentos do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

Fundo do Governo-Geral:

- Regedorias (Fichas com a indicação dos Regedores. Dados biográficos. Louvores e castigos), (1965).

Fundo ISANI (Inspeção dos Serviços de Administração e Negócios Indígenas):

- Relatórios dos Inspectores Administrativos ao Distrito de Moçambique (1935-1974):

RAPOSO, Amândio de Miranda (1974a). "Relatório da Inspeção Ordinária à Câmara Municipal de Moçambique". *In* AHM, ISANI, cx. 82.

RAPOSO, Amândio de Miranda (1974b). "Relatório da Inspeção Ordinária à Administração do Concelho de Moçambique". *In* AHM, ISANI, cx. 82.

SILVEIRA, Carlos Henrique Jones da (1943). "Relatórios Sumários e respectiva documentação referente à inspeção ordinária feita na Província do Niassa em 1943". *In* AHM, ISANI, cx. 96.

SOUSA, Hortênsio Estevão de (1949). "Relatório da Inspeção Ordinária à Comissão Municipal de Moçambique". *In* AHM, ISANI, cx. 82.

### 3. Obras consultadas

ALPERS, E. A. (1972). "Towards a History of Expansion of Islam in East Africa: The Matrilineal Peoples of Southern Interior". *In* Ranger, T.O. and Kimambo, J. Eds. *The Historical Study of African Religion*, London: Heinemann. Pp. 171-201.

- ALPERS, E. A. (1999). "Islam in the Service of Colonialism? Portuguese Strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique". In *Lusotopie: Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*. Paris: Karthala. Pp. 165-184.
- AZEVEDO, Licínio (2009). *A Ilha dos Espíritos*. Maputo: Ébano Multimédia/Technoserve (Filme).
- BOLÉO, José de Oliveira (1951). *Moçambique*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- BONATE, Liazzat (2007). "Traditions and Transitions: Islam and Chiefship in Northern Mozambique, ca. 1850-1974". Dissertation, University of Cape Town.
- BONATE, Liazzat (2007). "Roots of Diversity in Mozambican Islam". *Lusotopie*. XIV (1): 129-149.
- BONATE, Liazzat (2006). "Matriliny, Islam and Gender in Northern Mozambique". In *Journal of Religion in Africa*, 36, Vol. 2, Leiden: Brill. Pp. 139-166.
- BONATE, Liazzat (2007). "Islam and Chiefship in Northern Mozambique". In *ISIM Review*, 19, Centro de Estudos do Islão no Mundo Moderno (ISIM), Universidades de Amsterdam/Leiden/Nijmegen/Utrecht. Pp. 57-57.
- BONATE, Liazzat (2008). "O Islão Negro: As Abordagens Coloniais do Islão no Norte de Moçambique". In *Revista do Religare*, Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Bonate, Liazzat (2010). "Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview". *History Compass*, 8/7. Pp. 573-593.
- BOUENE, Felizardo (2004). "Moçambique: Islão e Cultura Tradicional". In *O Islão na África Subsariana – Actas do 6º. Colóquio Internacional: Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana*. Porto: Centro de Estudos Africanos. Universidade do Porto. Pp. 115-130.
- BRANQUINHO, José A. G. M. (1969). *Prospecção das forças tradicionais, distrito de Moçambique*, Lourenço Marques.
- CAHEN, Michel (1998). "L' État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique". Lisboa: CEsA/ISEG.
- CAPELA, José (1990). *Memória sobre a Província de Moçambique por Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique [Prefácio e Notas].
- CONCEIÇÃO, António Rafael da (1998). *Entre o Mar e a Terra. Situações Identitárias do Norte de Moçambique*, Maputo: Promédia.
- COSTA DIAS, Eduardo (s.d.). Confrarias Muçulmanas e Movimentos de *Da'wa*: duas concepções de islão no Oeste Africano. EL ISLAM AL SUR DEL SAHARA. CUIMPB – Centre Ernest Lluch. (Acesso 20-01-2010.)
- Enciclopédia* (1996-1997). Lisboa: Diário de Notícias.
- FUNADA-CLASSEN, Sayaka (2012). *The Origin of War in Mozambique. A History of Unity and Division*. Tokyo: Author's Edition.

- KHOURI, Nicole e Leite, Joana Pereira (2008). "Indians of Eastern Africa and Colonization". *Lusotopie*. Vol. XV (1): 29-35.
- LEITE, Joana Pereira (2001). "Regresso a Nacala", Lisboa, RTP (Coautora do documentário de 75', realizado por Brigitte Martinez.)
- LOBATO, Alexandre (1945). *A Ilha de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- LOBATO, Alexandre (1967). *A Ilha de Moçambique. Panorama Histórico*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- MACAGNO, Lourenzo (2007). "Les Nouveaux Oulémas. La recomposition des autorités musulmanes au Nord du Mozambique". *Lusotopie*. XIV (1): 151-177.
- MACHAQUEIRO, A. M., Vaquil, Magid e Monteiro, Fernando Amaro (2011). *Memória Falada do Islão e da Guerra*. Coimbra: Almedina.
- MEDEIROS, Eduardo (1996). "Irmadades Muçulmanas do Norte de Moçambique". *Revista Afriche e Orienti*. (1): 70-85.
- MONTEIRO, Fernando Amaro (1993). *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique, 1964-1974)*. Porto: Universidade Portucalense.
- NEVES, Olga Iglésias (2001). "Moçambique". In Serrão, Joel e Oliveira Marques, A. H. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol XI – *O Império Africano*. Lisboa: Editorial Estampa. Pp. 469-584.
- NEVES, Olga Iglésias (2008). "A Colónia de Moçambique nos séculos XIX e XX. Aspectos políticos, económicos e sociais", in FERNANDES, José Manuel et al., *Moçambique. Cidades, Território e Arquitecturas: 1875-1975*. Lisboa: Edição de Autor. Pp. 14-47.
- NEWITT, Malyn (1997). *História de Moçambique*. Mem Martins: Publ. Europa-América.
- PEREIRA, L. Filipe (1988). "Algumas Notas sobre a Ilha de Moçambique – Património Histórico Nacional em Degradação Acelerada". *Arquivo*, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. (4): 5-11.
- SAUTE, Nelson e Sopa, António (1992). *A Ilha de Moçambique pela Voz dos Poetas*. Lisboa: Edições 70 [Texto de Alexandre Lobato a ser apresentado ao Presidente Julius Nyerere durante a sua visita a Moçambique em 1975].
- SILVA, Teresa Cruz e (2005). "Religiões em Moçambique". In Cristóvão, Fernando (dir. e coord.) et al. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores. Pp. 885-886.
- SOUTO, Amélia Neves de (2007). *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.
- VAKIL, AbdoolKarim (2004). "Do Outro ao Diverso. Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades". *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. (5-6): 283-312.
- VENÂNCIO, José Carlos (2000). *O Facto Africano. Elementos para uma Sociologia de África*,

Lisboa, Vega Editores.

ZAMPARONI, Vladimir (2000). “Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940”. *Lusotopie 2000*. 191-222.

### **Glossário**

Ismael – Filho de Abraão e de sua serva Ágar, segundo a tradição é o epónimo dos ismaelitas e o antepassado dos Árabes. *Enciclopédia* (1996-97). Lisboa: *Notícias*, p. 916.

Ismaelita – Relativo a Ismael ou aos seus descendentes. Os da tribo de Ismael. Os Árabes como descendentes de Ismael. *In ob. cit.*: 916.

Sufismo – Doutrina mística, panteísta, que brotou do islamismo, segundo a qual o espírito humano é emanção do divino, no qual tenta reintegrar-se. *In ob. cit.*: 1633.

*Suna* – Coletânea de preceitos obrigatórios entre os Muçulmanos, extraída das práticas do profeta e dos quatro califas ortodoxos, considerada como suplemento do *Alcorão*. *In ob. cit.*: 1636.

Sunismo – Corrente islâmica que dá à *Suna* o mesmo valor do *Alcorão*, considerando os dois a fonte da fé e crenças muçulmanas. Ortodoxia muçulmana. *In ob. cit.*: 1636.

Wahabitas – Membros da seita islâmica que preconiza o ascetismo rigoroso e o regresso à pureza do islamismo primitivo. Fundada por M. Ibne Abd al- Wahab (1703-1792) que conquistou para a sua causa o xeque Ibne Saud (1735-1765), cujos descendentes apesar da oposição dos Hachemitas tomaram Meca (1806) e vieram a fundar, no século XX, o estado conhecido por Arábia Saudita. Nesta, o wahabismo é religião oficial. *In ob. cit.*: 1801.

Xiitas – Um dos dois ramos principais em que se dividem os muçulmanos. Ao contrário dos Sunitas, que defendem o caráter eletivo do califado dentro da tribo de Coraixe, propugnam pelo califado hereditário e de direito divino na família de Ali (primo e genro de Maomé. Além disso consideram o Imã como chefe, não só temporal mas também espiritual de natureza divina. São numerosos, sobretudo no Irão, Iraque e Paquistão. *In ob. cit.*: 1813.